



CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA



08/06/2014

Auditor de Obras e Serviços



CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

08 de junho de 2014

Nível Médio

Auditor de Obras e Serviços

GABARITO DO CANDIDATO

01.	11.	21.	31.
02.	12.	22.	32.
03.	13.	22.	33.
04.	14.	24.	34.
05.	15.	25.	35.
06.	16.	26.	36.
07.	17.	27.	37.
08.	18.	28.	38.
09.	19.	29.	39.
10.	20.	30.	40.

Português

Texto I, para responder às questões 1 a 5.

SOFRIDA REPÚBLICA

Os desmandos expostos diariamente na mídia causam imenso prejuízo à nação. Além de dano econômico, resultam em consequências piores, de ordem imaterial. Geram dor, revolta e desesperança. A insegurança acarreta o medo e, com ele, a descrença nas instituições.

Notícias recentes revelam a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras. Depredações do patrimônio público e privado, incêndios, confrontos, morte. Não faltam motivos para o descontentamento que se percebe. A população tem muito a reivindicar aos poderes públicos, mas assombra-me a opção pela violência. Nosso país enfrenta grave crise, cuja origem está na falta de educação e de valores éticos.

A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos. Pretender fazer justiça com as próprias mãos inviabiliza a vida em sociedade e transforma-nos em reféns uns dos outros.

Urge o aparecimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base ética, focadas no futuro, dispostas a dar o melhor de si em prol do outro, na busca da construção de uma realidade inclusiva, na qual prevaleça o bem-estar coletivo.

Deve-se abandonar a noção individual de sucesso, a fim de entender que a ausência de paz social impede-nos de usufruir até mesmo daquilo que se conquistou com tanto esforço. Há de se ter em mente que a vitória pessoal será sempre pequena quando for dissociada do contexto em que se vive, quando não se reverte em proveito alheio, quando estiver limitada ao ganho financeiro ou à obtenção do cargo público para dele se servir.

A sociedade paga o preço das escolhas que faz. Descabe insistir na infantil ideia de que as riquezas nacionais são do povo, mas os problemas pertencem apenas aos detentores do poder. É preciso socializar a responsabilidade pela mudança do que não deu certo.

A sociedade brasileira não é vítima. É sim autora – considerados os políticos que se valem do cargo eletivo não para servir ao outro, mas locupletarem-se. Enfim, quem os escolheu?

(Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral. In.: Folha de São Paulo, 02 de março de 2014. – com adaptações)

01 Buscando dar consistência ao seu texto, Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello lança mão de estratégias argumentativas. Dentre as estratégias listadas abaixo, qual delas o autor emprega com mais frequência?

- a) Apelo emocional.
- b) Relação de causa e consequência.
- c) Comparação e contradição.
- d) Dados estatísticos.
- e) Argumentos de autoridade.

02 Marque F (falso) ou V (verdadeiro) para inferências a partir do texto:

- I) A descrença nas instituições ocasiona reivindicações violentas.
- II) Fazer justiça com as próprias mãos coaduna com os princípios da república.
- III) Não saber escolher governantes tem relação com falta de educação e ética.
- IV) Os políticos brasileiros são os únicos responsáveis pelos problemas do Brasil.

A sequência correta é:

- a) V F F V.
- b) V V F F.
- c) F F V V.
- d) V F V F.
- e) F V F V.

03 Ao concluir o texto com a frase interrogativa, o autor do texto utiliza uma estratégia discursiva que busca:

- a) Ratificar a ideia de que a sociedade brasileira é corresponsável pelos problemas existentes no Brasil.
- b) Levantar curiosidade que gera especulação acerca dos desmandos expostos diariamente na mídia.
- c) Produzir uma pergunta para simplesmente levar o leitor a pensar numa resposta plausível.
- d) Testar o grau de compreensão do leitor acerca dos preceitos republicanos que alicerçam a sociedade brasileira.
- e) Produzir um clima de suspense em relação ao assunto a ser discutido.

04) O principal objetivo do texto é:

- a) Apresentar o alto índice de violência da sociedade brasileira atual e suas causas.
- b) Denunciar os governantes no que diz respeito a sua omissão em relação ao combate à violência.
- c) Alertar os leitores da responsabilidade de cada um para que prevaleça o bem-estar coletivo.
- d) Denunciar a falta de fiscalização no que concerne o uso e os gastos do dinheiro público.
- e) Expor a indignação do autor em relação aos desmandos diariamente expostos na mídia.

05) Com base no fragmento *A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos* (3º§), é correto afirmar que o autor do texto

- a) defende a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras.
- b) insinua que os políticos têm comportamento desprezível frente a esses protestos.
- c) insinua-se contrário à máxima bíblica: “olho por olho, dente por dente”.
- d) supõe que seja conveniente o aparecimento de novas lideranças partidárias.
- e) repudia os atos de violência presentes nos protestos contemporâneos.

Texto II, para responder às questões 6 e 7.



(<http://photos1.blogger.com/blogger/3052/2867/1600/charge%2031-08.jpg>)

06) Em relação aos textos I e II, acima apresentados, a alternativa que traz a afirmação verdadeira é:

- a) Ambos os textos satirizam a incapacidade do eleitor brasileiro no concernente às escolhas de seus governantes.
- b) Ambos os textos chamam a atenção do eleitor brasileiro para sua responsabilidade na escolha de seus governantes.
- c) Ambos os textos são de gêneros intrinsecamente diferentes e, portanto, não podem se complementar, nem ser comparados.
- d) Ambos os textos ratificam a urgência do surgimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base teórica.
- e) Ambos os textos objetivam denunciar a politicalha existente no Brasil.

07) Considerando os recursos linguísticos e imagéticos da charge, assinale as afirmações verdadeiras:

- I) A possibilidade de inferência de que o autor da charge refere-se ao eleitor brasileiro situa-se no texto não verbal.
- II) Pode-se acrescentar à primeira preposição *de* o artigo definido as [das drogas] mantendo-se o mesmo sentido e respeitando-se a regência formal.
- III) Na sentença *O maior traficante de drogas deste país é você*, há um pronome demonstrativo cuja função dêitica remete ao Brasil, recuperado através da imagem.
- IV) O emprego da vírgula na organização do texto verbal justifica-se pela presença do sujeito “mau eleitor”.

Estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Texto III, para responder às questões 8 e 9.

ADMIRÁVEL GADO NOVO

Vocês que fazem parte dessa massa
 Que passa nos projetos do futuro
 É duro tanto ter que caminhar
 E dar muito mais do que receber
 E ter que demonstrar sua coragem
 À margem do que possa parecer
 E ver que toda essa engrenagem
 Já sente a ferrugem lhe comer
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...
 Lá fora faz um tempo confortável
 A vigilância cuida do “normal”
 Os automóveis ouvem a notícia
 Os homens a publicam no jornal
 E correm através da madrugada
 A única velhice que chegou
 Demoram-se na beira da estrada
 E passam a contar o que sobrou
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...
 O povo foge da ignorância
 Apesar de viver tão perto dela
 E sonham com melhores tempos idos
 Contemplam esta vida numa cela
 Esperam nova possibilidade
 De verem este mundo se acabar
 A arca de Noé, o dirigível
 Não voam nem se pode flutuar
 Não voam nem se pode flutuar
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...

(Zé Ramalho. Ed. EMI Songs BR-SME-79/00007)

08) Considerando aspectos sintático-semânticos do texto e seu funcionamento, sinalize as assertivas corretas (C) e as erradas (E):

- I) No 31º verso, *Não voam nem se pode flutuar*, a flexão de plural em “voam” justifica-se pela concordância com o sujeito da oração, cujos núcleos são *arca de Noé* e *dirigível*.
- II) No 4º verso, *E dar muito mais do que receber*, a preposição *de*, empregada antes de *que*, é exigência sintática da forma verbal *dar*; portanto sua retirada implicaria prejuízo à correção gramatical do período.
- III) No 6º verso, *À margem do que possa parecer*, a ausência do acento indicativo de crase altera a função sintática do termo *à margem*.
- IV) No 17º verso, *Demoram-se na beira da estrada*, o deslocamento do pronome *se* para imediatamente antes da forma verbal *demorar – se demoram na beira da estrada* – não prejudicaria a correção gramatical do texto, segundo a tradição.

A sequência correta é:

- a) C E C E.
- b) C C E E.
- c) E C E C.
- d) C E E E.
- e) C C C E.

09) A alternativa em que o vocábulo *já* tem o mesmo significado que aquele presente no 8º verso – *Já sente a ferrugem lhe comer* – é:

- a) Agradeço desde *já* qualquer ajuda que possa conceder.
- b) Ela foi tão rude, que ele *já* não queria vê-la.
- c) O eleitor *já* vê os resultados da campanha.
- d) Como terei entrevista à noite, *já* deixei o currículo pronto.
- e) Se eles aprenderem a votar, *já* é um bom começo.

10 Os enunciados dispostos abaixo formam o texto “O leão fugido” do autor Millôr Fernandes (1963, com adaptações). Reconstitua o texto, recuperando a ordem correta desses enunciados. Em seguida, assinale a sequência correta.

- () O cavalheiro, ouvindo o aviso, voltou-se.
- () E morreu de um ataque do coração.
- () Não adianta nada.
- () Viu o leão.
- () Acabei de ouvir dizer que um macaco fugiu do circo agora mesmo.
- () Bateu delicadamente nas costas do senhor,
- () Aí caminhou pé ante pé.
- () E disse disfarçando a voz leonina o mais possível.
- () O leão então murmurou tristemente:
- () É tal a nossa fama de ferocidade
- () quando viu um senhor à sua frente.
- () que matamos,
- () Um leão fugido do circo vinha correndo pela rua
- () mesmo quando queremos agir em favor do próximo
- () Cavalheiro, tenha cuidado e, muita calma;

A sequência correta é:

- a) 15, 6, 5, 9, 10, 3, 7, 11, 8, 13, 1, 4, 12, 14, 2.
- b) 5, 1, 7, 4, 13, 15, 3, 8, 10, 11, 2, 6, 9, 12, 14.
- c) 13, 11, 6, 15, 7, 4, 8, 9, 3, 5, 10, 12, 1, 2, 14.
- d) 13, 11, 7, 6, 8, 15, 5, 1, 4, 2, 9, 3, 10, 12, 14.
- e) 13, 7, 11, 1, 8, 3, 10, 12, 6, 2, 9, 15, 5, 4, 14.

Legislação

11 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- b) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) União, Estados e Municípios.
- d) União, Distrito Federal e Municípios.
- e) União, Estados, Distrito Federal e Territórios.

12 O município pode ser definido como pessoa jurídica de direito público interno e autônoma nos termos e de acordo com as regras estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Sendo assim, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das competências do município:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- d) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

13 Excepcionalmente, a Constituição Federal de 1988 prevê situações (de anormalidade) em que haverá intervenção, suprimindo-se, temporariamente, a autonomia dos entes federativos. As hipóteses, por trazerem regras de anormalidade e exceção, devem ser interpretadas restritivamente, consubstanciando-se um rol taxativo. Sobre intervenção, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional.
- b) O Estado poderá intervir em seus Municípios, assim como a União nos Municípios localizados em Territórios Federais quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- c) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra.
- d) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de 30 dias.
- e) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, a decretação da intervenção dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

14 O art. 18, §4º, da Constituição Federal de 1988, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 15/96, estabelece as regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, nos seguintes termos:

- a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- b) Os municípios serão criados, incorporados e desmembrados por lei municipal, mediante referendo, sem que seja necessária a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, sem que haja necessidade de divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- e) Os municípios serão criados, incorporados ou desmembrados de acordo com o interesse do governante público, sem que seja necessária a criação de lei estadual, nem consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, buscando sempre o interesse público.

15) Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Sobre os direitos sociais é correto afirmar:

- a) A Constituição Federal fixa que a remuneração do serviço extraordinário será superior em 35% à do normal.
- b) Nos termos da Constituição Federal, a existência de seguro contra acidentes de trabalho pago pelo empregador, impede que ele venha a ser condenado a indenizar o seu empregado, em caso de acidente durante a jornada normal de trabalho.
- c) Há proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 21 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.
- d) É assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, pela Constituição Federal, fundo de garantia do tempo de serviço; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- e) Não cabe ao sindicato a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais da categoria, mesmo em questões administrativas ou judiciais

16) Princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) São princípios constitucionais da Administração Pública apenas os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- c) O princípio da eficiência foi acrescentado ao rol dos princípios constitucionais do caput do artigo 37 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- d) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, somente, aos princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- e) A Administração Pública não obedecerá a nenhum princípio constitucional.

17) A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A Lei n. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre o processo de licitação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) Constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso, a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço, e a de maior lance ou oferta.
- c) Será desclassificada a proposta que não atenda às exigências do ato convocatório de licitação.
- d) A Administração pode descumprir as normas e condições do edital de licitação.
- e) No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela lei.

18) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Atualmente, a teoria da responsabilidade do Estado adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro é a Teoria da Irresponsabilidade Estatal.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) A Teoria da Responsabilidade sem Culpa era própria dos Estados Absolutistas nos quais a vontade do rei tinha força de lei.
- d) A Teoria da Irresponsabilidade Estadual foi a primeira tentativa de explicação a respeito do dever estatal de indenizar particulares por prejuízos decorrentes da prestação de serviços públicos.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

19] Ato administrativo é toda manifestação expedida no exercício da função administrativa, com caráter infralegal, consistente na emissão de comandos complementares à lei, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos administrativos não precisam ser motivados, nem conter indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- b) A administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) A administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 8 anos, contados da data em que foram praticados, mesmo que comprovada a má-fé.
- e) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela própria administração.

20] Pode-se conceituar contrato administrativo como o ajuste estabelecido entre a Administração Pública, agindo nessa qualidade, e terceiros, ou somente entre entidades administrativas, submetido ao regime jurídico-administrativo para a consecução de objetivos de interesse público. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aos contratos administrativos serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.
- b) É cláusula necessária em todo contrato administrativo a que estabeleça o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- c) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstruir os já produzidos.
- d) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- e) A administração pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

Legislação Municipal.

21 Sobre as informações contidas na Lei n. 380/2013 que institui o Sistema de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da Prefeitura Municipal de Barauna, julgue os itens a seguir:

- () Caso não alcance o grau de merecimento mínimo, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontra, devendo cumprir o interstício exigido de efetivo exercício nesse padrão, para efeito de nova apuração de merecimento.
- () Caberá a Comissão de enquadramento elaborar normas de enquadramento e submetê-las à aprovação do Prefeito Municipal de Barauna, que poderá revisá-las; e elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Prefeito de Barauna.
- () É permitida a concessão de gratificações para servidores em exercício de atribuições específicas de seu cargo e/ou quando tais atribuições forem inerentes ao desempenho do cargo efetivo para qual foi investido.
- () Grupo ocupacional é o agrupamento de cargos da mesma natureza funcional e grau de responsabilidade, mesmo nível de vencimento, mesma denominação e substancialmente idênticos quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício.

Assinale a opção correta:

- a) F V V F
- b) V V F F
- c) F F V V
- d) V F F V
- e) V F V F

22 Sobre a carga horária dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Barauna, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor da Prefeitura Municipal de Barauna com carga horária semanal inferior a 40 horas não poderá, mesmo que atenda os interesses da Administração, alterar sua jornada de trabalho para este limite de horas semanais.
- b) Quando alterada a jornada de trabalho, o servidor poderá, a qualquer momento, retornar para a sua situação anterior, mesmo se por interesse do serviço público municipal.
- c) O servidor que exercer profissão cuja regulamentação legal estabeleça uma carga horária diferenciada e inferior a 40 horas semanais poderá ter sua jornada de trabalho estendida para este limite de horas semanais por motivo de interesse da Administração.
- d) O prefeito municipal de Barauna poderá estabelecer horário de trabalho diferenciado de expediente normal da Prefeitura em razão das peculiaridades dos serviços executados pelos profissionais que nela trabalham, desde que limitada a carga horária máxima estabelecida para cada categoria.
- e) O Prefeito Municipal poderá, de acordo com suas necessidades pessoais, estabelecer diferentes jornadas de trabalho para os servidores da Prefeitura Municipal de Barauna.

23 Segundo as disposições constitucionais em vigor, servidores públicos são todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos de qualquer delas: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Sobre os servidores públicos do Município de Barauna, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O servidor será aposentado por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviços, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.
- b) Ao funcionário é assegurado o direito de petição, para reclamar, requerer, representar, pedir reconsideração e recorrer, desde que o faça dentro das normas de urbanidade e em termos, vedada à autoridade negar conhecimento à petição devidamente assinada, devendo decidi-lo no prazo máximo de sessenta dias.
- c) É assegurado ao servidor público o princípio da hierarquia social.
- d) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- e) É concedida aos funcionários municipais que exercem a função de Docentes em atividades junto a alunos portadores de deficiência visual ou outra qualquer excepcionalidade física que exija cuidados especiais, extensivo aos que laboram na zona rural e local de difícil acesso, uma gratificação mensal de 40% sobre os valores dos seus vencimentos, na forma do regulamento.

24) Bem patrimonial é todo e qualquer patrimônio que pode ser convertido em dinheiro. De acordo com as informações sobre bens patrimoniais contidas na Lei Orgânica do Município de Barauna, assinale a opção INCORRETA:

- a) Compete ao Prefeito Municipal a administração de todos os bens municipais, independente daqueles empregados nos serviços da Câmara Municipal.
- b) Todos os bens municipais são imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, admitidas as exceções que a lei estabelecer para os bens do patrimônio disponível.
- c) A alienação de bens do Município e de suas autarquias e fundações por ele mantidas, subordinada à existência de interesse público expressamente justificado, será sempre precedida de avaliação.
- d) O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.
- e) A concessão administrativa dos bens municipais de uso especiais e dominiais dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

25) De acordo com o artigo 3º do Código Tributário Nacional, Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. A Lei Orgânica do Município de Barauna apresenta alguns aspectos sobre tributos. De acordo com esses aspectos, julgue os itens a seguir:

- I) O município não poderá criar colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais.
- II) A concessão de isenção e de tributos municipais dependerá de lei, aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- III) O Prefeito Municipal proverá, periodicamente, a atualização da base de Cálculos dos tributos municipais.
- IV) A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que se apure que o benefício não satisfazia ou satisfazia as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a sua concessão.

Está correto o que se afirma apenas no(s):

- a) Item I.
- b) Itens I e IV.
- c) Itens III e IV.
- d) Itens II e III.
- e) Item IV.

Conhecimentos Específicos

- 26** Para a elaboração do orçamento de uma obra, NÃO é correto:
- Realizar uma análise dos custos do projeto básico ou executivo.
 - Calcular as quantidades de alguns dos serviços a serem executados.
 - Fazer uma visita ao local onde a obra será realizada.
 - Relacionar os serviços necessários para a execução da obra.
 - Especificar as unidades de medidas de cada componente de custo ou serviço a ser orçado.
- 27** Com o propósito de avaliar se as quantidades dos componentes de custos de uma obra pública no orçamento estão corretas, o Auditor de obras e serviços deve:
- Verificar somente os quantitativos descritos no projeto básico da obra.
 - Realizar uma contagem dos materiais utilizados na obra no mês corrente.
 - Conferir o saldo de materiais existentes no almoxarifado relativo à obra.
 - Verificar a compatibilidade dos quantitativos da planilha de orçamento da obra com os quantitativos do projeto básico de engenharia.
 - Verificar apenas os quantitativos descritos na planilha de orçamento da obra.
- 28** Dentre os componentes de custos com a mão de obra profissional envolvida, além dos encargos sociais e trabalhistas previstos em legislação, pode-se afirmar que os salários, auxílios e benefícios das categorias envolvidas devem ser obtidos com base:
- No maior valor existente no mercado de trabalho.
 - Na experiência do profissional e tempo de serviço.
 - Na proposta salarial informada pelos profissionais envolvidos.
 - No valor do salário mínimo vigente.
 - Nas convenções coletivas de trabalho em vigor dos profissionais envolvidos.
- 29** Após a entrega definitiva de uma obra pública de edificação, a empreiteira responsável responderá civilmente pela obra pelo prazo irredutível de:
- Dois anos.
 - Quatro anos.
 - Cinco anos.
 - Dez anos.
 - Vinte anos.
- 30** Após a execução do contrato, a obra pública será recebida provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo assinado pelas partes, no prazo de até:
- 10 dias da comunicação escrita do contratado.
 - 15 dias da comunicação escrita do contratado.
 - 20 dias da comunicação escrita do contratado.
 - 30 dias da comunicação escrita do contratado.
 - 45 dias da comunicação escrita do contratado.
- 31** No caso de ser exigida licença ambiental para a execução de uma obra pública, a licença necessária antes do início da execução de uma obra pública é denominada:
- Licença de instalação.
 - Licença prévia.
 - Licença de execução.
 - Licença anual.
 - Licença de operação.

32) Constitui um exemplo de custo indireto de uma obra:

- a) Material empregado na obra.
- b) Salário dos operários envolvidos na obra.
- c) Serviço de terraplanagem da obra de edificação.
- d) Gastos com a vigilância do canteiro de obras.
- e) Serviço de revestimento da obra.

33) O Orçamento de uma obra pública constitui importante instrumento de quantificação e determinação dos gastos necessários para a realização de um projeto, apresentando algumas propriedades ou atributos. Sendo assim, NÃO constitui um atributo do orçamento:

- a) Especificidade.
- b) Aproximação ou estimativa.
- c) Exatidão.
- d) Temporalidade.
- e) Vinculação ao instrumento contratual.

34) Ao analisar o orçamento de uma obra o Auditor de obras e serviços verificou que o total dos custos diretos foi orçado em R\$ 240.000,00. Sabendo-se que o preço de venda da obra foi de R\$300.000,00, esse profissional pode concluir que a taxa de BDI (benefícios e despesas indiretas) aplicada no orçamento da referida obra foi de:

- a) 15%
- b) 20%
- c) 25%
- d) 30%
- e) 35%

35) Este tipo de orçamento é mais detalhado que a estimativa de custos e apresenta grau de incerteza mais baixo que aquela. Tal orçamento pressupõe o levantamento de algumas quantidades e requer pesquisa de preços dos principais insumos e serviços. Essa definição refere-se ao Orçamento:

- a) Padrão.
- b) Detalhado.
- c) Analítico.
- d) Sintético.
- e) Preliminar.

36) Durante o acompanhamento de uma obra de construção de um posto de saúde municipal, o Auditor de obras e serviços constatou que uma parede foi levantada pela construtora num local diferente do que constava na planta baixa do projeto aprovado da obra. Diante de tal constatação, o Auditor de obras e serviços deve recomendar à empresa contratada que:

- a) Solicite à Secretaria da Prefeitura um aditivo contratual para realizar a alteração da parede.
- b) Remova a parede do local e solicite os materiais necessários para reconstruí-la ao almoxarifado dos materiais estocados já comprados para a obra.
- c) Mantenha a parede no local, desde que construa uma parede a mais em outra parte da obra.
- d) Remova a parede do local e reconstrua no local correto utilizando os materiais e serviços necessários e arcando às suas expensas com os custos dos mesmos.
- e) Mantenha a parede no local e também construa outra parede de acordo com o projeto.

37) “Designação genérica dos materiais que são aplicados sobre as superfícies toscas e que são responsáveis pelo acabamento. Na construção civil, é a camada externa que cobre a alvenaria para dar-lhe acabamento e aspecto visual agradável”. O conceito destacado refere-se à fase da obra denominada:

- a) Revestimento.
- b) Alvenaria.
- c) Instalações.
- d) Telhado.
- e) Pintura.

38 O documento que é composto por um calendário gráfico tão rigoroso quanto possível, onde se prevê a época dos eventos e serviços a serem executados e também estabelece as datas dos suprimentos de recursos necessários para sua execução é denominado de:

- a) Anotação de responsabilidade técnica.
- b) Projeto executivo.
- c) Cronograma físico-financeiro.
- d) Projeto básico.
- e) Cronograma de desembolso.

39 Durante as fases de execução de uma obra pública, se faz necessário realizar as Fundações, as quais são os elementos estruturais em contato direto com o solo e destinados a transmitir ao terreno as cargas de uma estrutura. As Fundações de uma obra podem ser classificadas em:

- a) Simples e compostas.
- b) Preliminares e finais.
- c) Objetivas e subjetivas.
- d) Estruturantes e não estruturantes.
- e) Diretas e indiretas.

40 O termo empregado ao profissional que deve ser mantido pela construtora contratada no local da obra ou serviço, aceito pela administração e escolhido pela contratada para representá-la na execução do contrato é:

- a) Fiscal do contrato.
- b) Fiador.
- c) Preposto.
- d) Mestre de obra.
- e) Gestor.

RASCUNHO

RASCUNHO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Carteira nº _____